

ARQUEOLOGIA PORTUGUESA NO SÉC. XX: ALGUNS TÓPICOS PARA UM BALANÇO*

por

Vítor Oliveira Jorge** e Susana Oliveira Jorge***

1. Ao longo do séc. XX, a Arqueologia portuguesa tem revelado a situação periférica e dependente do país em relação aos grandes “produtores” de cultura científica da Europa Ocidental, principalmente a França, mas também a Alemanha, a Grã-Bretanha, e até a vizinha Espanha. E, apesar do grande esforço de renovação a que se tem assistido a partir dos finais dos anos 70, por parte de uma geração com formação universitária (normalmente completada no estrangeiro ou com estrangeiros, sobretudo franceses e alemães), verifica-se ainda um grande alheamento do público e uma quase inacreditável insensibilidade de muitos governantes em relação a esta esfera do património e da investigação. A situação pode ter começado a mudar a partir do momento em que o governo saído das eleições de 1 de Outubro de 1995 decidiu criar o Instituto Português de Arqueologia como uma das tutelas do Ministério da Cultura.

A hostilidade do regime ditatorial, que governou Portugal dos anos 20 aos anos 70, em relação às ciências sociais e humanas, levou à muito restrita presença destas na pesquisa e no ensino universitário. Evidentemente que o menosprezo pela Sociologia, pela Antropologia ou pela Etnologia em nada contribuiu para a sedimentação de um ambiente em que a Arqueologia pudesse aperceber-se das grandes mutações teóricas e metodológicas ocorridas no estrangeiro, e que mais cedo ou mais tarde seriam de vital importância para esta ciência. Por outro lado, ensinada nas Faculdades de Letras no âmbito das licenciaturas de Ciências Histórico-Filosóficas e mais tarde de História, a Arqueologia era essencialmente

* Este texto corresponde ao desenvolvimento das ideias expressas anteriormente pelos autores em (1995), “Theoretical underpinnings of Portuguese archaeology in the Twentieth century”, *Theory in Archaeology. A world perspective* (ed. P. Ucko), London, Routledge, 251-262.

** Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto e Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia (Ministério da Cultura).

*** Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto.

considerada como uma disciplina auxiliar, como a Epigrafia, Numismática ou Paleografia. É assim, aliás, que ainda vem mencionada em documentos oficiais do Ministério da Ciência e Tecnologia, obrigado como se encontra a seguir um obsoleto esquema de classificação das ciências internacionalmente vigente.

Dominada por preocupações descritivas, empiristas, por uma metodologia improvisada, intuitiva, e por um individualismo amadorístico, a Arqueologia portuguesa deixava ecoar, nesta periferia da Europa, o positivismo dominante nas Arqueologias francesa e alemã, que eram as que tinham maior repercussão em Portugal através da presença mais ou menos assídua de alguns investigadores desses países, como H. Breuil ou os Leisner. Para muitos arqueólogos, a Arqueologia aprendia-se no campo, com a prática, seguindo o exemplo dos mais velhos, e em casa, triando materiais e aprendendo a classificá-los; e no fim, com recurso a alguns manuais estrangeiros, elaborava-se uma redacção em que se propunha, segundo a erudição e as capacidades literárias de cada um, uma classificação funcional e cronológica para os vestígios exumados. Raros foram os exemplos que se furtaram a essa regra, a essa prática acumulativa, rotineira, terra-a-terra, como Eduardo Serrão a partir dos anos 50, em Lisboa, ou Jorge e Adília Alarcão a partir dos anos 60 em Coimbra.

O exemplo do Museu Nacional de Arqueologia, antigo Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, em Lisboa, foi, durante a longa vigência da Manuel Heleno como director, símbolo do enorme marasmo que referimos, pois, como organismo central de importância potencialmente tão grande, ainda por cima ligado organicamente à Faculdade de Letras de Lisboa, em nada incrementou a formação de uma escola e o desenvolvimento da pesquisa ao nível que já então se praticava na Europa; antes pelo contrário. O estatuto universitário da Pré-história, introduzida como disciplina dos cursos de História na reforma de 1957, foi, durante décadas, marginal, porque o seu ensino era entregue, por necessidades de serviço, ou a especialistas de outras matérias, ou a pessoas claramente pouco competentes.

O regime autoritário não procurou tirar partido da Arqueologia para fins nacionalistas, como aconteceu com outros estados europeus. Para isso bastou-lhe a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a qual, certamente eivada de boas intenções, interveio em numerosos monumentos, mas sem o mínimo acompanhamento arqueológico. Basta dizer que só a partir dos anos 70, e sobretudo após o 25 de Abril de 1974, se começou a desenvolver a chamada "arqueologia de salvamento"; e que a carta arqueológica nacional, de forma centralizada, só arrancou na prática nos anos 80. A Arqueologia urbana, tão importante como "serviço" permanente, sobretudo nas cidades que assentam num subsolo rico de ocupações anteriores, nunca foi cuidada devidamente nem pelo aparelho central, nem pelas principais autarquias, até àquela data. Também a Arqueologia subaquática, ou a

chamada “Arqueologia industrial” só nos últimos anos se têm vindo a impor, sempre devido ao voluntarismo de alguns indivíduos ou associações.

De modo que até muito recentemente, e com raras excepções, como é o caso bem conhecido da cidade romana de Conímbriga e do seu Museu Monográfico, a Arqueologia praticou-se em Portugal de forma essencialmente amadorística, mesmo quando era levada a efeito por entidades como os Serviços Geológicos de Portugal, uma vez que as pessoas que neles trabalhavam em Arqueologia tinham de se desdobrar por muitas outras actividades.

A comunidade de arqueólogos (actividade que não constitui uma profissão contemplada na lei, e portanto de estatuto muito acentuadamente indefinido) é pequena em Portugal. Talvez umas duas centenas, ou duas centenas e meia, de pessoas. Nos anos 70, os autores com mais presença a nível de publicações (raramente em revistas estrangeiras, dado o baixíssimo grau de internacionalização deste domínio) não ultrapassariam a centena. Raríssimas eram também, como ainda o são hoje, as traduções de livros metodológicos ou de síntese, e a produção nacional para o grande público, em editoras comerciais, quantitativamente irrisória. Acrescente-se que a divulgação de textos de arqueólogos portugueses em colecções dirigidas a leitores com formação universitária é extremamente difícil (falamos por experiência própria: por ex., há vários anos que tentamos publicar, sem êxito, uma colecção de estudos intitulada “Arqueologia: Percursos e Interrogações”).

Actualmente, de forma muito simplificada e convencial, diríamos que a “comunidade” arqueológica portuguesa se pode subdividir em três. Por um lado, os universitários, que são praticamente todos docentes, e portanto sujeitos às estritas leis da carreira universitária, com os seus prazos, as suas grandes cargas de horas de ensino, a sua insegurança profissional até uma idade relativamente avançada, o bloqueio à entrada de mais novos, dada a geral orientação de massificação da universidade e de tirar o maior proveito possível da mão de obra já existente, com base em critérios economicistas de curta visão. Por outro, os arqueólogos ligados à Arqueologia “patrimonial”, por vocação preocupada com a inventariação, preservação, conservação, valorização do já conhecido, e com a investigação propriamente dita que, nesse âmbito, vai sendo possível, por vezes com grande sacrifício e dedicação das pessoas que a praticam. É evidente que entre ambos os aspectos não deveria existir qualquer dicotomia, porque para intervir num edifício ou ruína ameaçados é necessário pesquisar, mas esta partilha absurda de uma “Arqueologia fundamental” e de outra “aplicada” é, na prática, imposta como uma camisa de forças aos arqueólogos, forçados uns a ensinar e a investigar contra-relógio, para assegurarem o seu posto de trabalho universitário (considerado, pela sua raridade, quase um privilégio), e outros a ler e a darem pareceres ou informações sobre pilhas de processos burocráticos sem disporem, a maior parte

das vezes, de condições de estudo e de verificação no terreno da qualidade das intervenções praticadas. Neste segundo “grupo” de arqueólogos podemos incluir os que têm trabalhado no Instituto Português do Património Cultural (actualmente Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, organismo que, durante a época cavaquista, entrou em grande crise, como quase todo o sector estatal da Cultura), em câmaras municipais (ligados por vezes a museus locais), ou noutros organismos, em muitos casos com estatuto ou emprego precário. O sector empresarial é ainda, entre nós, muito embrionário, tanto no âmbito da Arqueologia como, em qual, das “indústrias do património”. De referir, como nota positiva, que muitas câmaras municipais têm vindo ultimamente a empregar arqueólogos e que bastantes licenciados se têm abeirado das universidades (Porto, Minho, Lisboa), com vista à obtenção de pós-graduações (mestrados). Finalmente, como terceiro “grupo convencional”, poderíamos referir cientistas formados nas disciplinas ditas “exactas” e naturais, que se têm interessado pela Arqueologia, consagrando a ela parte do seu tempo, ou que se têm formado no estrangeiro em domínios como a Antracologia ou a Antropologia física, mas cuja situação profissional, neste último caso, é, por vezes, muito difícil.

De modo que chegámos a uma situação, em finais de 1995, em que a indefinição preponderava. Até hoje, quem desejasse realizar investigações de campo de certo vulto, e não tivesse a apoiá-lo uma câmara municipal “rica”, só poderia socorrer-se, ou dos projectos da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do estímulo às Ciências Sociais e Humanas, ou de programas que usufruem de verbas comunitárias, como por exemplo os que se destinam ao desenvolvimento das zonas rurais, ou do turismo em áreas fronteiriças. O Estado português, até recentemente, não apresentava uma política clara para a Arqueologia. Ou então seria a de a asfixiar progressivamente, num misto de inércia, ignorância, sobrançeria, clientelismo e tacanhez provinciana. Basta exemplificar com o atarantamento do IPPAR no caso do Côa (1994/95), que fez perigar o único património arqueológico português absolutamente único no mundo (actualmente já integrado, pelo “World Monuments Watch”, nos 100 monumentos em risco mais importantes em risco do planeta), ou com a Lei do Património Cultural Subaquático, publicada em 1993, e destinada a licenciar operações de “caça ao tesouro” inaceitáveis num país que se diz “civilizado”, e onde as regras de rigor da arqueologia de terra e da arqueologia em meio aquático têm, obviamente, de se reger por princípios científicos semelhantes.

Mas voltemos ao anos setenta do nosso século, quando o país se libertou do jugo da ditadura e da guerra colonial. Com a entrada nas Universidades, nessa época, de novos docentes, metodologicamente preparados, e com a criação dos Serviços Regionais de Arqueologia do I.P.P.C. nos anos oitenta (mas posteriormente extintos), assistiu-se, nesta última década, a um grande desenvolvimento da

Arqueologia portuguesa em várias frentes. Produziram-se e publicaram-se teses de doutoramento de grande valor; desenvolveram-se projectos plurianuais de investigação (embora sempre dependentes de precários financiamentos pontuais) baseados no equacionamento prévio de questões e no trabalho de equipa; desenvolveram-se acções de salvaguarda e valorização do património; criaram-se laboratórios como o de análises de radiocarbono do L.N.E.T.I. (actual I.N.E.T.I.) em Sacavém, etc. Através das variantes de Arqueologia dos cursos de História assistiu-se a um crescente interesse dos jovens universitários pelo seu treino na investigação, participando em escavações, muito embora a ausência de perspectivas profissionais tenha acabado por fazer derivar a maior parte para o ensino ou outras actividades. De facto, tem-se estabelecido uma espécie de “selecção natural”, em que só resistem os mais “aptos” económica e/ou psicologicamente a aguentarem situações de stress e de indeterminação quanto ao futuro, isto é, só têm “ficado” na Arqueologia aqueles que preferem tudo a terem de abdicar dela.

Perante o que, em traços gerais, acaba de ser dito, que esperaríamos poder ser a tradição da Arqueologia portuguesa no domínio da reflexão teórica? Certamente muito pobre. Não tem havido, em Portugal, uma produção autónoma nesse domínio; é mais no contexto de trabalhos de grande fôlego, como certas teses de doutoramento, por exemplo, que, para enquadramento metodológico da sua investigação, alguns autores mais recentes têm procurado definir opções epistemológicas e, em geral, teóricas, em regra caracterizadas por certo eclectismo. Eclectismo bem exemplificado pelo próprio título de um livrinho recente de Jorge de Alarcão, intitulado “Para Uma Conciliação das Arqueologias” (Porto, Afrontamento, 1996), cujo aparecimento é, gostosamente, de assinalar, quaisquer que sejam as reflexões que o seu conteúdo suscite, e que bem mereciam um debate sério que, neste âmbito teórico, nunca se efectuou entre nós.

Mas voltemos ao séc. passado e tentemos rever, brevemente, os principais aspectos da história da disciplina em Portugal, desde então.

2. Podemos discernir quatro grandes fases na história da Arqueologia portuguesa.

I. A primeira, a que chamaríamos *das “Origens”*, remonta aos fins dos anos 50/ inícios dos anos 60 do séc. XIX. Em 1857 foi fundada, em Lisboa, a Comissão Geológica, organismo que actualmente se designa por Serviços Geológicos de Portugal, compreensivelmente caracterizado por uma perspectiva naturalista voltada para a Pré-história. Geólogos e antropólogos físicos realizaram os primeiros trabalhos de campo (incluindo escavações) em grutas e concheiros, e recolheram indústrias líticas. Uma vertente diferente de preocupações, a dos arquitectos interessados na preservação do património construído, levou, em 1863, à criação, também na capital, da actualmente designada Associação dos Arqueólogos Portugueses.

II. Uma segunda fase, a que chamaríamos de *"Arranque"*, decorre desde os anos 70 do mesmo século até ao fim dos anos 20 do nosso, ou seja, até à implantação do regime ditatorial. Os Serviços Geológicos continuaram a desenvolver as suas actividades no domínio da Pré-história, tendo os seus trabalhos, sobretudo os de Carlos Ribeiro, levado à reunião, em Lisboa, em 1880, do IXº Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica. A par dessa linha de pesquisa, desenvolveu-se uma outra, que designaríamos *"etnológica"*, e que marca a entrada, na Arqueologia portuguesa, de homens com preocupações do que hoje chamaríamos ciências humanas, empenhados no estabelecimento das raízes da cultura popular, base da identidade nacional. Para tanto, era importante desenvolver, de forma interdependente, a Etnografia, a História social e a Arqueologia. Martins Sarmiento, no Minho (Guimarães), Estácio da Veiga, no Algarve, Santos Rocha, na Figueira da Foz, Leite de Vasconcelos em Lisboa (onde concentrou materiais de todo o país, que calcorreou) e a grupo da revista *Portugália* (1899-1908), no Porto (Ricardo Severo, Rocha Peixoto, Fonseca Cardoso e José Fortes), são os mais importantes representantes desta *"corrente"*. Em 1893, há precisamente um século, Leite de Vasconcelos fundava em Lisboa o Museu Etnológico Português, hoje (com uma *"filosofia"* muito diferente) designado Museu Arqueológico Nacional. A este autor se deve uma obra monumental, no campo da Arqueologia, da Etnografia, do Folclore, da Filologia, sendo de destacar os três volumes das *"Religiões da Lusitânia"* (1897-1913), verdadeiro repositório de conhecimentos obtidos pela então ainda bem jovem Arqueologia portuguesa. Uma terceira linha deste período, a dos *"antropólogos físicos"* (mas que, com essa formação de base, se interessavam também pela Pré-história e pela Etnologia, precisamente adentro de uma concepção abrangente de Antropologia tão característica da época), desenvolveu-se na Universidade do Porto, liderada por Mendes Corrêa. É este autor, que anima o Instituto de Antropologia da U. P. (desde 1911, um produto da Reforma Universitária da República) e a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (desde 1918) quem redige a primeira tentativa de síntese da Pré-história portuguesa, integrada numa História Geral do país (conhecida como *"de Barcelos"*) publicada em 1928, tentativa essa significativamente designada *"A Lusitânia Pré-Romana"*. Podemos considerá-la como fechando, de algum modo, um ciclo.

As tendências dominantes desta segunda fase, que aliás irão perdurar largamente na seguinte, e mesmo, em certos espíritos, até à actualidade, são o positivismo, o nacionalismo, o descritivismo metodológico, o evolucionismo uni ou multilinear, e as explicações de carácter migracionista ou difusionista.

A ideia desenvolvida por Alexandre Herculano, no 1º volume da sua *"História de Portugal"* (publicado em 1846, antes do desenvolvimento da nossa Arqueologia), de que não existe qualquer relação entre o nosso país, o Portugal

medieval, e os antigos Lusitanos, tinha visado, sobretudo, contrapor-se a uma teoria “renascentista” desprovida de base de prova. Embora não contestando que o Portugal histórico foi uma criação política, muitos autores do nosso séc. XIX e XX preocuparam-se em mostrar a existência, desde as épocas mais remotas, de “raízes culturais” específicas na fachada atântica peninsular, as quais teriam precisamente prefigurado Portugal como nação independente do estado espanhol. Explícito ou tácito, esse “debate” manteve-se longamente, abrangendo a época seguinte.

III. Desde os anos 30 aos anos 60 do nosso século decorre uma fase de certa “Estagnação”, correspondente ao longo período de maior força do regime autoritário que sofremos. Sintomas de dependência em relação a investigadores estrangeiros trabalhando entre nós, ou influenciando directamente, através da sua obra publicada, as interpretações que aqui se avançavam, são notórios. Como tão o são sinais de anacronismo em todos os aspectos da nossa Arqueologia, que se deixou espectacularmente atrasar em relação às suas congéneres europeias. Basta verificar que em Portugal nunca se desenvolveu uma escola de pré-historiadores universitários, e/ou ligados a grandes museus, como aconteceu em Espanha, que conheceu um sistema político idêntico (e na qual o caso mais gritante de “exilado” seria o de Bosch-Gimpera), o qual, no entanto, à semelhança dos regimes nazi e fascista, procurou desenvolver a Arqueologia como uma forma de legitimação da grandiosidade da “pátria”, isto é, do Estado e do regime. Igualmente interessante seria verificar a debilidade da Antropologia colonial portuguesa por contraste com outros países colonialistas europeus, mas trata-se de um tema que está fora do âmbito do presente texto.

Esta fase mostra muitos aspectos de continuidade em relação à anterior. Os Serviços Geológicos de Portugal foram desenvolvendo as suas actividades de prospecção (facilitadas pelos meios que colocava ao seu dispor a elaboração da carta geológica do país, no entanto ainda hoje não concluída na esc. de 1:50000) e de escavação. Era o organismo que em regra “acolhia” estrangeiros que vinham trabalhar entre nós, como H. Breuil (Paleolítico), J. Roche (Paleolítico Superior/Mesolítico), e, em parte, G. e V. Leisner (megalitismo), etc. Portugal tornou-se aliás um “campo” atraente para outros arqueólogos europeus, que vinham aqui realizar as pesquisas que nós não fazíamos, pelo menos com os mesmos meios metodológicos e financeiros, como é o caso de H. Schubart e E. Sangmeister no povoado calcolítico do Zambujal (Torres Vedras), verdadeira escola onde se formaram alguns dos actuais pré-historiadores portugueses. Foi também o primeiro destes autores a realizar estudos fundamentais no âmbito do chamado “Bronze do Sudoeste” peninsular (embora a sua obra só fosse publicada nos anos 70), como também foi sensível a influência do italiano A. Anati no relançamento de estudos da nossa arte rupestre. A própria primeira Pré-história de Portugal digna desse

nome, apesar de algo confusa, foi redigida por um britânico, H. N. Savory, em 1968, e traduzida logo no ano seguinte (anteriormente, para um estudante, a dificuldade de abordagem da Pré-história, em termos de síntese, era tal, que, mesmo em Lisboa, era a “sebenta” da Universidade de Coimbra, policopiada, que circulava como um autêntico manual; datada de 1967, e não assinada, sabia-se ser da autoria do Prof. Jorge de Alarcão).

A par dos Serviços Geológicos, onde os investigadores estrangeiros encontravam condições de trabalho, mas onde em regra não tomavam contacto com gerações mais jovens, como é natural, por não se tratar de uma escola (exceptua-se o caso de Breuil, que chegou a dar aulas na Faculdade de Letras, aliás na altura instalada no mesmo edifício), continuou a funcionar o Instituto de Antropologia do Porto. A morte precoce do melhor dos discípulos de Mendes Corrêa, R. de Serpa Pinto, em 1933, representou, porém, uma grave perda. O grande etnólogo Jorge Dias também não se manteve muito tempo no seio do “Centro de Estudos de Etnologia Peninsular”, trasladando-se primeiro para Coimbra e depois para Lisboa, onde começou a dar aulas na Escola de Administração Colonial (mais tarde Instituto Superior de Ciências Sociais e de Política Ultramarina, ao qual, depois do 25 de Abril, se retirou o último nome, dada a sua significação colonialista), facto que não terá facilitado o “diálogo” entre a Arqueologia e a Antropologia Cultural, que no entanto poderia ter sido tanto mais frutuoso quanto uma das linhas do dito “grupo de Jorge Dias” era, precisamente, a da tecnologia tradicional. Mas as causas desse divórcio são complexas, e não meramente conjunturais.

Nota-se também, neste período, uma acentuada influência de obras de síntese de pré-historiadores espanhóis, como Bosch-Gimpera, que em 1932 publicara a sua conhecida “Etnología de la Península Ibérica”, dos seus discípulos L. Pericot e Alberto del Castillo (nomeadamente através da “História de España” dirigida por Menéndez Pidal, cujo t. I foi editado em 1954) e de Martinez Santa Olalla, com o seu famoso “Esquema Paleoetnológico de la Península Ibérica”, de 1946. Não é assim de estranhar que os princípios da “escola histórico-cultural”, preocupada em definir “culturas” como entidades discretas, com uma certa vigência espaço-temporal (equivalentes ao povos das épocas históricas), acabasse por imperar em Portugal (sendo ainda hoje tenazmente defendida por alguns, em sintoma de anacronismo e de provincianismo cultural, mais do que em resultado de uma “escolha” ponderada a partir de um debate de ideias, que, praticamente, no essencial, ainda não existe).

Um dos factores positivos desta fase foi, por ex, o desenvolvimento da Arqueologia romana em bases científicas na Universidade de Coimbra, em conexão com as escavações de Conímbriga (já iniciadas em 1930 por Vergílio Correia, mas reintensificadas a partir de 1955) e seu Museu Monográfico (inaugurado em

1962). O Prof. Vergílio Correia é aliás um vulto muito importante das nossas Arqueologia, História de Arte, e Etnografia, que, como outros, se encontra insuficientemente estudado. Outro daqueles factores foi a introdução das observações estratigráficas e do “método da grade” (de M. Wheeler) em Arqueologia pré-histórica de campo, por E. Serrão e Prescott Vicente, em 1956, no povoado pré-histórico da Parede (Cascais) e em 1957, no de Olelas (Sintra). Ainda um outro aspecto positivo foi a tradução de algumas obras fundamentais de Gordon Childe para português, como “O Homem Faz-se a Si Próprio” (fundindo num só livro várias obras do autor) (1947), “Introdução à Arqueologia” (1961) ou “A Aurora da Civilização Europeia” (1969). Apesar do carácter diminuto da “comunidade arqueológica” (não ultrapassaria a centena de pessoas, na grande maioria amadores), notou-se uma cada vez maior frequência de reuniões de estudiosos, e de publicação de revistas da especialidade. Se os congressos nacionais se realizaram de forma muito esparsa (o 1º foi em 1958), tal deficiência viu-se de algum modo compensada por realizações que, embora locais, tinham uma concorrência significativa (por ex., os Colóquios Portuenses em 1961, 62, 64, 65 e 66, organizados pelo Centro de Estudos Humanísticos).

Apesar destes aspectos positivos, e da preocupação de algumas (raras) pessoas por questões de interpretação e de metodologia, as perspectivas gerais eram dominadas pelo mais estrito empirismo e descritivismo, quase sempre impressionista. É muito insuficiente, porque rara era a boa e exaustiva monografia, produzida exclusivamente por autores portugueses, que era dada à estampa. Abel Viana, autor de um tratado de “Arqueologia Prática” (1962), chegou a escrever: “A Arqueologia portuguesa precisa de tudo menos de teorias”. As próprias preocupações de síntese eram muito raras: por ex., em 1966 Eduardo Serrão tentava, no seu trabalho “Germes milenários”, apresentado num dos Colóquios do Porto, raciocinar sobre as origens de Portugal em termos de antecedentes pré e proto-históricos, na linha do debate a que aludimos acima, e que tinha uma longa tradição. Mas a maior parte dos trabalhos publicados eram de uma pobreza problemática confrangedora, em estreita correlação com a magreza de meios e a feição amadorística da arqueologia de campo. É com a própria debilidade dos efectivos humanos e materiais consagrados, a nível estatal, à Arqueologia; esta era gerida pela Junta Nacional de Educação, que, com os seus vogais, constituía um conselho burocrático sem a necessária eficácia prática, de intervenção no terreno, pois que a esse nível assentava em “delegados” locais que a íam informando dos “casos” que apareciam, ou seja, servia-se de uma “estrutura” amadora não remunerada, a qual só cobria pequena parte do país.

IV. Uma quarta fase da nossa Arqueologia pode ser diagnosticada desde os anos 70 até ao presente. Genericamente podemos caracterizá-la como um segundo período de “Desenvolvimento”. Também nela se notam muitos elementos de con-

tinuidade em relação à realidade anterior, uns claramente positivos (a actividade da “escola” de Arqueologia romana de Coimbra, em colaboração com equipas francesas, e com actividade de campo não só em Conímbriga mas também no Sul, como na *villa* de S. Cucufate, Vidigueira), outros manifestando progressivamente uma certa decadência, como a actividade dos Serviços Geológicos neste domínio. É que, mesmo quando analisamos instituições, verificamos que as pesquisas que praticam vivem fundamentalmente das pessoas que, durante um determinado lapso de tempo, as servem; neste como em tantos outros campos de actividade, tem havido dificuldade, em Portugal, de sustentar organismos independentemente do voluntarismo individual dos que, enquanto para tal têm força de ânimo necessária, os vitalizam. Evidentemente que, em toda a parte, são as pessoas que dão corpo às instituições; mas o que é fundamental é que estas se reproduzam continuamente sob a forma de criação de discípulos, os melhores dos quais, idealmente, deveriam continuar, renovando-a, a acção dos seus antecessores. Essa continuidade de “tradições” de trabalho, no melhor sentido do termo, essa criação de “escolas”, tem sido muito pouco consistente entre nós, em Arqueologia e noutras disciplinas, normalmente “dominadas”, de forma periódica, pela presença de um (ou de alguns) grande(s) vulto(s), com cujo envelhecimento ou desaparecimento tudo se esfuma.

Ao observarmos a história da nossa Arqueologia, e das suas principais orientações teóricas e práticas, verificamos que ela, embora não coincidindo exactamente com a periodização dos factos políticos, tem bastante relação com estes. A crise do regime monárquico e as movimentações republicanas são o pano de fundo da primeira fase de desenvolvimento referida; a crise do sistema ditatorial/colonial e sua queda em 1974 e a difícil, mas estimulante, implantação da democracia em Portugal, são o palco em que se tem efectuado esta nova fase de “arranque” de que agora tratamos.

Um dos sintomas de que nos anos 70 alguma coisa começou a mudar foram as primeiras grandes operações da Arqueologia “de salvamento”, necessariamente apoiadas de um ponto de vista financeiro pelo Estado ou por instituições como a Fundação C. Gulbenkian: pensamos, por ex., no Gabinete da Área de Sines (a partir de 1972) e no registo da arte rupestre do vale do Tejo (1971-73), a qual, logo após ter sido descoberta, se verificou estar na eminência de ficar sob as águas de uma barragem, como finalmente aconteceu, submergindo-se assim o maior conjunto de gravuras pós-glaciares da Península. Não havia na altura, infelizmente, o enquadramento político que se verificou em 1994/95 e que levou, como se sabe, ao salvamento do Cão das garras do desenvolvimentismo tecnocrático.

Verificou-se também uma influência crescente de arqueólogos estrangeiros entre nós, mas agora, cada vez mais, com grupos de jovens procurando colher vantagens da sua presença, isto é, tentando obter junto deles a formação que lhes faltava. Em 1972 fundou-se o Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa; a partir

de 1974, J. Roche, até então “ancorado” nos Serviços Geológicos, passou a colaborar com a Faculdade de Letras do Porto, dirigindo “escavações-escola”, particularmente no Bombarral; mais recentemente, também arqueólogos americanos ou ingleses têm trabalhado em Portugal, em colaboração com investigadores locais, para já não falar da Missão Francesa de Arqueologia Clássica, acima mencionada.

Os Congressos Nacionais, apesar do seu espaçamento, foram-se realizando com maior frequência: o de Coimbra em 1970, o do Porto em 1973, e o de Faro em 1980 (este último, lamentavelmente, sem Actas publicadas). Colmatando de algum modo esta lacuna, surgiu em 1993 o 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, realizado na Universidade do Porto pela SPAE, e do qual se editaram 8 volumes de Actas, num total de c. de 4.500 páginas. Por outro lado, têm-se multiplicado, por todo o país, reuniões regionais ou temáticas, tão numerosas ou diversas que é impossível enumerar mesmo as principais. São iniciativa de universidades, de câmaras municipais, de grupos locais, e por detrás delas está sempre o dinamismo de um pequeno número de pessoas, empenhadas em chamar assim a atenção para si mesmas, para o seu tema de interesse ou para a sua região de estudo; mas, fazendo-o, prestam um serviço. As questões teóricas ou epistemológicas não têm, em regra, estado presentes nesses encontros, preocupados sobretudo com o desenvolvimento mais pragmático dos temas tradicionais, o que está em relação com o atraso geral da nossa Arqueologia em relação com outros países da Europa ocidental (nos quais, diga-se em abono da verdade, o interesse pela discussão desse tipo de temas “teóricos” está longe de ser frequente, antes se fazendo contra a resistência de “maiorias silenciosas”). No entanto, é de destacar a realização recente, pela Universidade do Algarve, de dois colóquios intitulados “Arqueologia Hoje” (1989 e 1990), que trouxeram a Portugal algumas figuras de proa internacionais, como L. Binford, C. Renfrew, I. Hodder, A. Gallay, J. P. Demoule, etc.

Com a progressiva abertura, a partir de 1974, de novos postos de trabalho nas universidades (algumas delas, públicas ou privadas, de criação recente), em relação com a reformulação dos *curricula*, verificou-se a instalação, aí, de docentes jovens, alguns dos quais com preocupações de carácter metodológico e teórico. Vários deles tiveram de fazer um esforço de formação praticamente autodidático, nada facilitado pela quase inexistência nas bibliotecas portuguesas de obras absolutamente fundamentais para essas questões. Sem querermos exorbitar em relação a nós próprios, pensamos que foram importantes, como primeiras “pedradas no charco” (apesar de na altura pouco compreendidos) trabalhos que um de nós (V. O. J.) realizou nos anos 70 sobre a posição da Arqueologia no quadro das ciências, sobre as consequências teóricas da aplicação de computadores neste campo, sobre o estatuto da Pré-história como disciplina peculiar, que se utiliza (entre

outros) de métodos oriundos das ciências naturais para realizar objectivos de ciência humana. Ciência essa na qual se devem articular preocupações de natureza “histórica” (a atenção ao particular, ao só uma vez acontecido, e que portanto em última análise tem de ser narrado) com outras de fundo “antropológico” (estabelecimento de regularidades, de comparações a larga escala, de articulações das sociedades com os vários tipos de meio-ambiente), dicotomia que, para nós, aliás, nunca teve grande sentido, porque acentua pólos de um *continuum* que todo o arqueólogo deveria percorrer. A convivência de problemáticas, de visões diversas, e a existência de escalas diferentes de abordagem da realidade, cujas conclusões não têm, obrigatoriamente, de se embutir umas nas outras (o que se observa à micro-escala pode contradizer o que se vê à macro-escala, e vice-versa) é para nós princípio absolutamente básico, condição de abertura mental. Por essa liberdade, desconfiada da procura de uma excessiva “coerência” que rapidamente conduz ao anquilosamento (reclamem-se as pessoas de que posição se reclamarem) lutámos, no limitado e limitante meio português, desde os finais dos anos 60, inícios dos anos 70, até hoje. O nosso “projecto” resume-se simplesmente: ligar a Arqueologia, tradicionalmente amadorística e rotineira, às preocupações da Cultura e da Ciência.

Foram as pessoas que se encontravam nas Universidades que produziram os trabalhos mais significativos da Arqueologia portuguesa durante os anos 80. Alguns destes partiram de uma base arqueográfica tão ampla quanto possível e adoptaram uma perspectiva “interna” na abordagem e explicação da evolução das sociedades: casos, entre outros, das teses de um de nós (S. O. J.) sobre os povoados neolíticos e calcolíticos de Trás-os-Montes Ocidental (1986) e de Maria Manuela Martins sobre os castros do Médio Cávado, entre o Bronze Final e a Romanização (1987, publ. entre 1988 e 1990); outros, optaram por escolher os fenómenos mais salientes para a caracterização de uma determinada entidade cultural, de forma abrangente, situando-se mais na linha da tradição histórico-cultural: caso da tese de Armando C. F. da Silva sobre os castros do Noroeste de Portugal (1986), por ex.

Os anos 70 e 80 viram o desenvolvimento de projectos regionais, plurianuais, os quais só anteriormente tinham sido praticados em raras ocasiões (como as pesquisas alemãs no povoado fortificado do Zambujal integrado no seu paleo-ambiente, junto a Torres Vedras), mas que agora passaram a ser, até, condição *sine qua non* para se obter uma autorização de escavações por parte do Estado (a qual tem sido enquadrada, até hoje, por uma portaria de 1978, a necessitar de revisão urgente). É evidente que muitos arqueólogos sobredimensionaram os seus projectos, à laia de “reserva” de enormes “feudos” do território nacional, ou então procuraram multiplicá-los, por forma a justificar a tradicional prática anárquica de escavar parcialmente estações para obter materiais ou datações “sensacionais”, e

logo a seguir encetar novas operações do mesmo tipo noutra parte, com o mesmo objectivo (e igual risco de inocuidade em termos científicos, e de prejuízo no plano patrimonial). De qualquer modo, a exigência da formulação de “projectos” de trabalho (ditos de “investigação”) foi um início de disciplina numa actividade habitualmente individualista e empirista, sugerindo a ideia de que escavar é um acto público, responsável, que deve servir para resolver problemas de pesquisa e salvaguardar bens patrimoniais, e não resultar de caprichos fúteis. Uma maior parte do nosso país passou, pela primeira vez, a estar coberta por acções de prospecção, também facilitadas e até impostas pela abertura de redes de comunicação a que se tem assistido.

Este último aspecto tem também a ver com um progresso verificado a nível dos serviços do Estado, ao criarem, em 1980, os Serviços Regionais de Arqueologia, respectivamente com sede em Braga (mais tarde no Porto), em Coimbra e em Évora. De facto, acrescente-se, esse foi o verdadeiro passo em frente, uma vez que, em geral, o Instituto Português do Património Cultural apenas correspondia a uma denominação nova de uma Direcção-Geral pré-existente, o que nada tinha a ver com os projectos que, após o 25 de Abril, uma comissão - a que estiveram ligadas figuras como Viana de Lima, Bairrão Oleiro, Bandeira Ferreira, Nunes de Oliveira, etc. - foi apresentando, sem êxito, aos sucessivos Secretários de Estado, no sentido da criação de um organismo autónomo, menos burocratizado e mais flexível. Extintos por uma lei de 1990, no quadro de uma política governamental extremamente negativa para a Cultura a que se assistiu em Portugal nos últimos anos, aqueles serviços seriam o embrião de uma descentralização absolutamente necessária da Arqueologia patrimonial, sobretudo num momento em que se vão efectuando, graças a verbas comunitárias, grandes obras públicas ou revolvimentos de solos para a agricultura, que estão a destruir diariamente testemunhos fundamentais do nosso passado. Para além do mais, eles empregavam, em geral, arqueólogos válidos que continuam a representar um conjunto de efectivos dos quais a nossa Arqueologia não pode prescindir, antes deveria largamente ampliar, para poder fazer face às prementes tarefas que se lhe oferecem.

Durante esta quarta e última fase da história da nossa Arqueologia, aqui traçada de forma muito genérica, o conjunto da informação estrangeira ao dispor dos especialistas portugueses tem aumentado largamente, quer através da leitura directamente do inglês e francês (línguas que qualquer português com uma boa formação média domina razoavelmente) e, em alguns casos, também do alemão, quer de uma muito maior circulação de arqueólogos em reuniões internacionais. Enquanto o número de traduções de obras estrangeiras é irrisório (só recentemente surgiu em português o livro de Binford “Em Busca do Passado”, única obra de um autor da dita “Nova Arqueologia” na nossa língua), aumentam os contactos pessoais, e a presença, até, de estrangeiros envolvidos em projectos portugueses,

bem como a publicação de artigos de autores nacionais em revistas ou obras colectivas lá de fora. Pouco a pouco mais informados, e com uma formação teórica autodidáctica (e quantas vezes carente do acesso a fontes fundamentais inexistentes entre nós), os arqueólogos que consideramos mais esclarecidos têm em geral pendido, como já atrás referimos, para posições eclécticas, no que às suas opções metodológico-teóricas diz respeito. Esse eclectismo, ou vontade de “conjuguar” perspectivas diversas, ou mesmo contraditórias, na origem, pode ser uma vantagem da periferia em que Portugal tem vivido. Assim, muito embora pareça haver uma maior “simpatia” de alguns pela óptica marxista, de outros, e só até certo ponto, pela da “Nova Arqueologia” americana, ou ainda de outros pelas visões ditas pós-processuais de I. Hodder e outros, a verdade é que não há em Portugal trabalhos individuais ou de grupo que permitam afirmar a existência de diferentes “correntes” de pensamento. Recentemente, um autor como J. de Alarcão (de algum modo o “decano” da Arqueologia portuguesa, apesar de se encontrar ainda na casa dos 50 anos), que produziu diversas valiosas obras de síntese, de carácter historiográfico, sobre Portugal romano, dirigiu uma obra colectiva cujo eclectismo se pode verificar de capítulo para capítulo (“Nova História de Portugal”, vol. I, Presença, Lisboa, 1990). Entretanto, no seu Seminário de Arqueologia, dado a alunos que concluem a licenciatura em Coimbra, cujo “guião” teve a amabilidade de nos comunicar (o que vivamente aqui lhe agradecemos), mostra uma notável “reciclagem” das suas perspectivas, parecendo inclinar-se pela conjugação das visões marxista e processual, num louvável esforço, único até agora em Portugal, de sistematização do pensamento arqueológico das últimas décadas. Quanto a nós, mantemo-nos também numa posição de abertura em relação a diferentes “escolas”, crendo que é sinal de maturidade da disciplina que elas coexistam e mantenham o diálogo, e pensando que, para diversas escalas ou níveis de abordagem da realidade arqueológica, é importante aplicar diferentes pontos de vista e metodologias que eles inspiram. Porém, talvez não vamos tão longe quanto o que J. de Alarcão propõe no seu último livro, de 1996, já atrás citado. A sua tentativa de “conciliação” entre “arqueologias” diferentes poderia, eventualmente, conduzir à ilusão de uma unicidade que não julgamos desejável, nem particularmente estimulante. Mas esse é um debate que não cabe nos (modestos) objectivos do presente texto.

Em geral, consideramos que qualquer dicotomia teoria-prática é profundamente perniciosa. Por outro lado, ninguém, ou qualquer ponto de vista, tem o direito de monopolizar o acesso ao “passado”, como aliás um de nós (V.O.J.) procurou deixar claro na sua comunicação ao 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (v. vol. 8 das “Actas”, Porto, SPAE, 1995, pp. 41-50). Como produção social, e logo política, o passado deve manter-se aberto, recusando a tendência totalizante (e portanto com facilidade resvalando para o totalitário) de qualquer

forma de pensamento para invadir o campo da Arqueologia no seu conjunto. Não se trata de cair num relativismo, em que cada teoria é tão boa como outra qualquer. As teorias têm elas próprias uma história, uma genealogia, certas perspectivas não poderiam ter ocorrido se outras, antes, não tivessem aparecido e sido “postas à prova”. Trata-se, sim, de dizer que não existem dados brutos, que estes só se produzem no interior de um campo teórico, o qual deve ser explicitado (porque se ficar implícito se torna difícil de controlar pelo próprio autor que o usa). Dados e teorias devem constante e mutuamente interagir, por forma a irem construindo “mapas mentais” da experiência humana mais ricos, mais complexos, “passados” que dêem conta de uma maneira mais verosímil da nossa vivência presente, única que sobremaneira nos interessa, e a que em última análise temos acesso. Se o passado não é um dado em si, mas implica um observador colocado no futuro e portanto uma perspectiva, ele é necessariamente subjectivo. Nem poderia ser de outra maneira, porque a indeterminação do nosso passado é a condição da nossa liberdade no futuro. Mas, passando pelo “protocolo da prova”, isto é, da constante reafirmação com os dados factuais que se forem colhendo, contrastando, comparando entre si, as várias perspectivas do “passado” irão, em certos aspectos, criando algum “depósito” relativamente “consensual”, intersubjectivo, que se tornará até certo ponto num “espólio comum”, até certo ponto maioritário, mas sempre ouvindo perspectivas alternativas, sempre em constante reformulação. Conhecimento do qual nunca estará ausente a contradição, a incoerência, as dúvidas, que não são só inerentes ao processo do saber, mas vitais para os seus próprios objectivos.

Como em todas as ciências, a Arqueologia, se a olharmos a partir da vanguarda, parecer-nos-á feita de indeterminações, de incertezas, de dificuldades. Se, porém, nos voltarmos para trás, até ao séc. XIX, e perspectivarmos o já adquirido, veremos o enorme caminho percorrido e a riqueza e vastidão de “dados” sobre a experiência humana que ela nos proporcionou. O caso da Arqueologia portuguesa não é excepção.

Gostaríamos apenas que os arqueólogos portugueses, empenhados, como é natural e desejável, no desenvolvimento dos seus projectos mais ou menos “regionais”, não se esquecessem de que Portugal tem um passado de viajante do mundo, e que o português é hoje a 7ª língua mais falada no planeta. Precisamos por isso de ter uma perspectiva mais universal na nossa abordagem cultural da realidade. E, se não tivessem outras vantagens, os problemas “teóricos”, fazendo-nos descolar da nossa comezinha “prática científica corrente” teriam essa vantagem de nos abrirem a nova cartografia mental. Mais uma vez, repete-se: “teoria” e “prática” não se contradizem, nem sequer são independentizáveis - o bom arqueólogo, como qualquer cientista, é aquele que raciocina “bem” em todos os momentos do seu trabalho, que mantém o rigor em todas as escalas da análise e da síntese. E esse pensar “bem” não se define por um conjunto de regras *a priori*, tem cons-

tantemente de ser aferido com os outros, através da multiplicação dos tabuleiros da experiência. Quem não teoriza (isto é, quem pensa que isso é perder tempo, luxo de ociosos, etc., e portanto aplica na sua prática teorias de senso comum) forçosamente escava mal, não publica, ou publica mal, apresenta sínteses do “passado” banais e maçadoras. Perdoe-se-nos a crueza da afirmação: mas, para nós, não pensar, não se questionar permanentemente, não saber ouvir e incorporar as críticas dos outros, é uma forma de fealdade, é um dogmatismo auto-convenido, que provoca, inevitavelmente, a repulsa dos interlocutores, impede o diálogo e o enriquecimento mútuo. Diálogo que não é só um meio para encontrar “consensos”, mas um bem em si mesmo.

Todo um mundo novo de problemáticas se nos abriu nos últimos anos, de que, por exemplo, os estudos de “Arqueologia do género” (i. *gender*) poderão ser um sinal. Percebemos bem quanto é de fora da Arqueologia que vêm os conhecimentos e experiências que são susceptíveis de alargar a nossa imaginação interpretativa. Não se pode ser um bom arqueólogo sem se ter uma cultura geral bem estruturada, entendendo-se por “cultura geral” não uma súpula de conhecimentos enciclopédicos, ou uma formulação pretensamente abrangente de problemáticas “transversais” sem fundamentação rigorosa, mas uma postura de juvenildade, de *inquietação*, de incomodidade, perante a realidade, que nos leva a interessar-nos muito mais pelo que não sabemos, do que pelo que já julgamos saber. Compreendemos como, para nós, não faz hoje sentido uma visão “representacionista” do passado. De facto, em Arqueologia não se trata de, através do chamado “registo arqueológico” (como se ele fosse uma realidade estática, ou um “espelho” do que ocorreu), “presentificar” realidades longínquas no tempo ou no espaço. Trata-se antes de, através de um conjunto de práticas, de manipulações da realidade material, e de construção de discursos, procurar permanentemente o sentido do real que nos cerca e onde nos vemos inseridos, sentido esse que já não podemos ir buscar à tradição ou aos mitos de origem em que os nossos antecessores acreditaram. Como uma embalagem sem préstimo, descartamos todos os dias visões do mundo que já nos moveram, ou em que já confiámos, mas que hoje sentimos como menos plausíveis.

E, nesse olhar que aparta o verosímil do que o já não parece, está a nossa intuição, suprema forma de conhecimento desde sempre, estamos nós, por inteiro, implicados. Sem o recurso a qualquer expediente extra-humano (religião) ou humano “divinizado” (ciência, grandes ideologias) que nos preste providencial ou maternal auxílio. Órfãos da segurança que conforta os espíritos esquemáticos, “pelo risco é que vamos”, como diria, talvez, Sebastião da Gama.